



Debate eletrônico sobre Reservas Extrativistas

Compilação da 1ª semana

Estimados colegas e participantes do debate eletrônico,

Durante esta primeira semana, tivemos mais de 160 acessos à página do debate e 9 pessoas deixaram suas contribuições. Agradecemos os comentários e considerações de todos. Este documento é uma compilação dessas intervenções e tem o objetivo de compartilhá-las com todos e estimular ainda mais o debate. No final, são levantados alguns pontos adicionais para a reflexão.

Comentários e considerações

- **Capacitação**

Ludmila Caminha (MLE) explica que a capacitação deve construir-se sobre as formas de organização produtiva das comunidades locais, de forma a permitir-lhes a absorção de tecnologias para aumentar sua produtividade, fortalecer suas formas de organização e gestão do trabalho e permitir-lhes o acesso às políticas públicas existentes e a proposição de novas formulações, mais adequadas às suas necessidades, assim como a gestão dos negócios. Além disso, acrescenta que é preciso possibilitar-lhes o acesso à educação formal e profissional, utilizando-se métodos pedagógicos que considerem suas peculiaridades socioculturais como uma vantagem, não como limitação.

Rodrigo Rodrigues de Freitas identifica os seguintes temas de capacitação como necessários para serem desenvolvidos junto às comunidades extrativistas: educação agroflorestal, agroecologia, manejo de fauna silvestre, manejo de pesca, produção de remédios caseiros, boas práticas na extração da castanha e coleta de sementes. Ele sugere como metodologias para as capacitações o incentivo a intercâmbios onde os temas acima estão sendo desenvolvidos, a pedagogia por alternância e o construtivismo. Quanto aos temas a serem desenvolvidos junto aos agentes governamentais, ele identifica a mediação de conflitos, o manejo adaptativo e a gestão de recursos de uso comum.

- **Políticas de desenvolvimento**

Em relação com as ações necessárias para incluir as Resex nas políticas de desenvolvimento, **Ludmila Caminha** (MLE) coloca que há uma miríade de políticas desenhadas pelo governo federal (principalmente) que não são apropriadas para seus potenciais beneficiários porque os moradores das Resex nem sabem da sua existência. Quando são conhecidas, eles não conseguem acessá-las já que não têm acesso físico às cidades, os documentos necessários, o mínimo de instrução requerida para entender do que se trata, a possibilidade de contratação de assessoria técnica para a formulação dos projetos, etc. Segundo ela, o primeiro passo para a inclusão socioeconômica das Resex é a adequação do perfil das políticas públicas existentes ao perfil da população, assim como a ação articulada entre os diversos órgãos públicos, das diversas esferas de governo. É preciso que as políticas vão até os moradores e não esperar que eles venham até as políticas.



Por outro lado, **Rodrigo Rodrigues de Freitas** salienta que é necessário fortalecer o diálogo e a organização entre as populações indígenas e as populações tradicionais que originaram esta categoria de UC, já que atualmente os conflitos entre esses dois grupos estão cada vez mais acirrados.

- **Modelo produtivo**

Quanto ao modelo produtivo mais adequado para as Resex, **Ludmila Caminha** (MLE) faz diversas considerações. Por um lado, salienta que qualquer modelo produtivo para o desenvolvimento dessa população precisa considerar as características da produção extrativista: cooperação com o ambiente, mão-de-obra familiar e comunitária, geração de renda não monetária e baixa tecnologia. Entretanto, o modelo de desenvolvimento capitalista se fundamenta na modificação do ambiente, na mais valia da mão de obra, na acumulação de capital e na alta tecnologia. Portanto, incluir o povo da floresta no 'nosso' modelo de desenvolvimento é promover o confronto entre dois mundos, no qual o mundo deles está fadado a perecer.

Por outro lado, ela aponta o setor florestal como o caso clássico para intervenção pública no mercado, com ações como:

- uso e difusão de informação sobre o mercado florestal;
- realização de estudos para conhecer o valor da biomassa, de modo a estimular a participação de agentes financeiros privados com serviços de crédito;
- análise setorial com enfoque prospectivo, para conhecer o valor dos recursos florestais, os riscos, a situação competitiva e as oportunidades de negócio;
- criação de esquemas de investimento em tecnologia moderna, infraestrutura produtiva e certificação, a fim de elevar a competitividade do setor e promover seu acesso a novos mercados;
- criação e implementação de programas de integração em redes, a fim de possibilitar aos produtores alcançar os benefícios da associatividade produtiva;
- promoção de operação de esquemas de bolsas de valores para os subsídios ao setor.
- pesquisa sobre produtos florestais não madeireiros, assim como o desenvolvimento de novos produtos, especialmente fármacos e cosméticos. Para a maioria desses produtos não se conhece sequer a capacidade de produção da espécie de origem, portanto não se pode determinar a frequência ou quantidade média de coleta.

Por último, Ludmila acrescenta que, dado o isolamento físico da maioria das Resex florestais, assim como as distâncias 'amazônicas' e as dificuldades de transporte, é importante fortalecer a base de renda não monetária capaz de proporcionar segurança alimentar e alguma autonomia de consumo. A partir daí, estruturar as cadeias produtivas e a agregação de valor ao longo dos rios, de forma a inserir a produção das Resex no mercado local, micro-regional e regional, agregando valor na região. Desta forma, o transporte é realizado com produtos de maior valor agregado, que têm maior capacidade de competição e geram ingressos maiores. Ela também salienta que é preciso desarmar os mecanismos inseridos nas políticas fiscais, creditícias, previdenciárias, de sanidade de produtos, etc. que fomentam a exclusão do extrativismo.

Rodrigo Rodrigues de Freitas também identifica como modelo produtivo adequado para as Resex um com base agroecológica e baseado na sucessão ambiental, que é a



mola propulsora das agroflorestas, por exemplo, o manejo de recursos naturais não-madeireiros. Por outro lado, salienta que os extrativistas não devem permanecer somente como fornecedores de matéria-prima. Esta deve ser beneficiada e comercializada por cooperativas. O papel das organizações é auxiliar os extrativistas diretamente nesse processo através da educação formal e técnica ou indiretamente apoiando iniciativas estatais. As organizações também devem apoiar os extrativistas para que estes não sejam englobados por uma lógica de mercado, inserida pelas empresas, que os leva a um padrão de consumo incompatível com o seu modo de vida.

Para **José Augusto Fontoura Costa** (Universidade Católica de Santos), a atividade socioambiental relacionada à conservação dos biomas é sempre um tema delicado, pois o próprio sucesso da utilização econômica pode levar à sobre-exploração de um dado recurso. De qualquer modo, ela reduz as pressões sobre a utilização alternativa das áreas, em atividades agrícolas, por exemplo. Deste ponto de vista, reservas extrativas podem ser um bom instrumento de promoção ambiental, mediante o incremento do valor do bioma natural, embora possa levar à sobre-exploração, se não houver alguma instância externa de controle. Este controle depende, em primeiro lugar, da atribuição de direitos e responsabilidades às comunidades, mediante a personalização de entidades coletivas, as quais responderiam, primariamente, pelo uso e exploração das áreas. Ele salienta que ações de apoderamento (empowerment) podem ser incentivadas pela adoção de leis que favoreçam a personalização jurídica de entidades coletivas, por um lado, combinadas com ações de estreitamento de laços econômicos e comunicacionais entre as instâncias dos atores envolvidos. Por outro lado, o controle externo pode ser realizado por agências estatais (IBAMA, PF, etc) ou pela atuação de organismos da sociedade civil que realizam ações de certificação e controle. A atuação concertada entre o setor público e o terceiro setor seria bem vinda, podendo reduzir custos de controle e abrir novos canais de legitimação social.

- **Instrumentos legais**

Quanto aos instrumentos legais, **Ludmila Caminha** (MLE) salienta como limitações a regularização fundiária e a proteção possessória. A demanda pela criação das Resex equivale à demanda por segurança jurídica da posse da terra. A população se sente enganada ao verificar que, mesmo após a criação formal da Resex, não se livram das pressões dos terceiros interessados nas terras que ocupam. Ela opina que a defesa dos direitos socioambientais dos moradores das Resex é universo inexplorado, já que não existe conhecimento sobre seus direitos entre os operadores do Direito, que os ignoram e desrespeitam. Além disso, ressalta que é preciso que sejam estabelecidas regras simples e diretas sobre o que se pode fazer e como se pode fazer. Tudo fica amarrado ao plano de manejo, mas o governo não o elabora, usando sua falta como impeditivo para o acesso a políticas de fomento à produção, por exemplo.

Rodrigo Rodrigues de Freitas também opina sobre o plano de manejo. Ele sugere que o Instituto Chico Mendes deveria focar seus esforços no método de construção do plano de manejo. O modelo de ciência ocidental utilizado não representa o modelo mais adequado para manejar os recursos naturais de uso comum em comunidades detentoras de um complexo conhecimento ecológico tradicional sobre a dinâmica dos sistemas sócio-ecológicos. O papel dos gestores é compreender essa dinâmica e internalizá-la nos instrumentos administrativos do Estado.



- **Desafios futuros**

Sobre os desafios futuros, **Ludmila Caminha** (MLE) identifica como principal desafio das Resex sua implementação. A falta de efetiva implementação leva sua população a buscar outras alternativas de ocupação e geração de renda, a maioria bem distante da sustentabilidade. Ela também aponta que o pagamento de serviços ambientais depende de ações ainda não desenvolvidas, tais como sua conceituação legal e sua valoração. O que são, afinal serviços ambientais e como se estabelece seu valor? Por outro lado, ela coloca que as pressões por uso alternativo do solo só podem ser aliviadas com a geração de renda a partir da floresta em pé: se a floresta não gera riqueza, vai ser removida para dar lugar a outra atividade que o faça.

Na visão de **Rodrigo Rodrigues de Freitas**, os desafios futuros são decorrentes das questões que ele levantou para a capacitação.

Para **Leila Mattos** (Pacto Amazônico), o desafio é garantir a inclusão das Resex no Sistema (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) para garantirmos a continuidade e valorização dos povos e comunidades tradicionais, sua organização social, os recursos naturais locais e os saberes e tecnologias tradicionais. Para isso, se deve reconhecer, proteger e promover seus direitos, conhecimentos, práticas e usos, tendo como base parâmetros ambientais, regionais, temáticos e etno-socio-culturais com a participação equitativa de representantes de OGs e dos povos e comunidades tradicionais.

Para **Joaquim Siraishi** (Universidade do Estado do Amazonas), os processos de implementação de uma reserva devem ser mais bem discutidos com as comunidades locais, que pouco sabem a respeito. As situações particulares que envolvem essas comunidades devem ser refletidas. Por outro lado, em várias situações as comunidades não se encontram no interior das áreas, apenas fazem seu uso. Portanto, é necessário ampliar a discussão para outras situações e quem sabe melhorar os dispositivos legais, no sentido de prever as situações não previstas.

Sobre a pergunta "Como encaixar as Resex num contexto de mosaico de áreas protegidas?", **Stanley Arguedas** (Universidad para la Cooperación Internacional) coloca que para respondê-la precisamos definir de forma explícita e previamente a sua criação, os objetivos de conservação da área e a vinculação de estes com os objetivos de conservação do sistema ou sub-sistema de áreas protegidas ao que se deseje integrar. Também é necessário que o desenho dos limites geográficos da Resex e a definição e enfoque de seu modelo e dos esforços de gestão da área sejam equitativos para os objetivos de desenvolvimento dos moradores e para os de conservação, devendo estar ambos no mesmo nível de importância. Ele conclui que sem uma clara gestão em direção à função ecológica que deve cumprir uma Resex, não somente por parte dos funcionários públicos mas também de seus moradores, esta não poderia ser parte de um sistema que busca objetivos de conservação, já que não se poderia definir sua funcionalidade para o sistema.

Por último, vale destacar que **Marcelo Horta Mesias Franco** (IEB), que trabalha no programa de fortalecimento institucional FORTIS na região sul do Amazonas, vai levar essas questões para debate no grupo com o qual trabalha na Resex Médio Purus e na Resex Ituxi (CNS, CPT, Sindicato e associações).



Outros questionamentos

Para continuar com o debate, se propõe refletir sobre:

- Quais aspectos da gestão destas categorias de manejo ainda não estão claros?
- Como potencializar a interação entre o componente sócio-econômico-cultural e o ambiental em prol da conservação?
- Existem exemplos de gestão onde se faz balanço entre os objetivos de conservação e os objetivos sócio-econômicos da Resex? Quais exemplos? Como se faz esse balanço da gestão?

Deixe sua opinião, comentário ou sugestão a respeito deste tema no link: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/arpa/unid/acao_pelas_resex_no_brasil/consulta_publica/index.cfm

Muito obrigado pela sua participação!!!

María Olatz Cases

Debate eletrônico Resex

Consultora WWF-Brasil